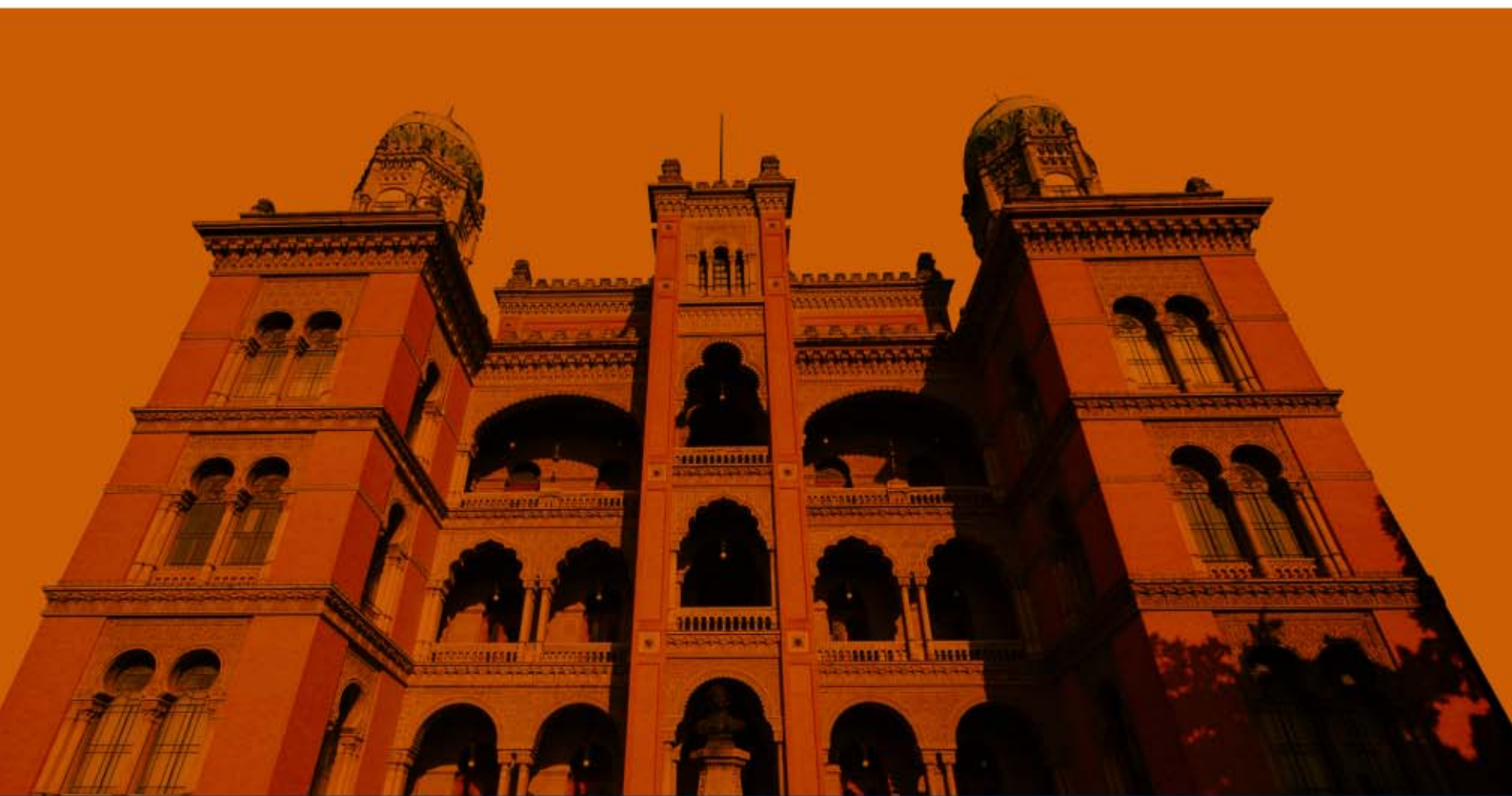




Carta da Fiocruz aos candidatos à Presidência da República e à Sociedade

Desenvolvimento Sustentável com Equidade, Saúde e Democracia

CONSELHO DELIBERATIVO DA FIOCRUZ
BRASIL, AGOSTO DE 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Carta da Fiocruz aos candidatos à Presidência da República e à Sociedade

Desenvolvimento Sustentável com Equidade, Saúde e Democracia

***“Fiocruz é SUS. É equidade e inclusão. É ciência.
É desenvolvimento sustentável. É democracia.
Vamos construir juntos!”***

(IX Congresso Interno da Fiocruz, Relatório Final, 23/03/2022)

Em meio a uma das mais graves e complexas crises que já assolaram o país e o mundo, envolvendo múltiplas dimensões articuladas (econômica, política, social, ambiental, sanitária e humanitária), o IX Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de definição dos rumos institucionais, lançou, em seu documento final, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz em 23 de março de 2022, o desafio de olhar para frente e apresentar propostas institucionais para, junto a outros atores sociais, construir um país que assegure vida digna a toda a população brasileira.

Neste momento de definição de novos rumos para o Brasil, a Fiocruz reafirma sua missão para enfrentar os problemas histórico-estruturais que caracterizam nossa sociedade – os legados do passado escravagista e colonial, as profundas desigualdades sociais, uma inserção internacional que expressa as imensas assimetrias do capitalismo global na distribuição da riqueza e no acesso ao progresso técnico e ao bem-estar, a degradação ambiental e a permanente necessidade de avanço no processo de construção democrática e de fortalecimento de um Estado a serviço da sociedade e da vida.

É premente que nosso presente seja impregnado da vontade e do agir para a construção de uma sociedade desenvolvida, sustentável, equânime e democrática. É necessário rever o modelo de desenvolvimento vigente no país, de caráter concentrador de renda, excludente e não sustentável social e ambientalmente. Um novo modelo de desenvolvimento deve ter a justiça social, a democracia e a preservação do ambiente como finalidades e a saúde, a ciência, a tecnologia e inovação, a educação e a cultura como elementos basilares.

Por isso, a Fiocruz-se soma aos movimentos de defesa do Sistema Único de Saúde como parte essencial da democracia e de uma proteção social abrangente. Não haverá desenvolvimento sustentável, justiça e equidade sem direito universal à saúde. Da mesma forma, o investimento em ciência, tecnologia e inovação é base essencial para viabilizar a retomada do desenvolvimento e uma inserção internacional soberana, baseada no conhecimento, em uma agenda internacional movida pela solidariedade e que reduza as assimetrias globais de domínio e acesso a tecnologias, conhecimentos, produtos e serviços em saúde.

Na construção desse futuro afirma-se ainda a democracia como um valor universal. Por isso a Fiocruz se une, no cenário nacional, a outros atores – organizações públicas, privadas e sociedade civil organizada – na busca por um ambiente social que privilegie o diálogo e a participação popular nos processos decisórios.

No ano do bicentenário da Independência e dos 150 anos do nascimento de Oswaldo Cruz, cientista símbolo do compromisso da ciência com a sociedade, a Fiocruz apresenta sua contribuição para o debate, no curso do processo eleitoral para a Presidência da República, a partir de dez diretrizes transformadoras.

Diretrizes Estratégicas: contribuição da Fiocruz

I. Fortalecer o SUS como prioridade máxima do estado de bem-estar no Brasil

- Aumentar o investimento público em saúde para 7% do PIB nos próximos oito anos (aumento progressivo de 4% para 7% dentro do Plano Plurianual – PPA), concretizando os princípios constitucionais para o SUS de universalidade, equidade e integralidade.
- Garantir Atenção Primária de qualidade e integrada aos demais níveis de atenção, de modo a proporcionar a continuidade do cuidado e a resolutividade.
- Promover recuperação da cobertura vacinal necessária à imunidade coletiva e à prevenção de doenças.
- Garantir o acesso universal em todos os níveis de atenção nas doenças crônicas.
- Dotar o sistema de saúde brasileiro de capacidade de antecipação, preparação, resposta rápida e recuperação para o enfrentamento de emergências sanitárias.
- Garantir a regulação e o monitoramento do setor privado em saúde para atender ao interesse público e aos objetivos da sociedade brasileira e do SUS.

II. Priorizar a CT&I para a Sociedade, o Ambiente e a Economia

- Fortalecer a CT&I para atingir 2% do PIB em quatro anos, em uma visão ampla e multidisciplinar de uma ciência comprometida com a sociedade.
- Introduzir novas formas de organização do conhecimento para aumentar o vínculo com as demandas da sociedade.
- Reforçar a informação e comunicação como elementos centrais para o diálogo entre ciência e sociedade.
- Instituir políticas e práticas institucionais que promovam o acesso ao conhecimento científico e a informações confiáveis como direitos de cidadania e elementos fundamentais para a democracia.
- Promover a recuperação e expansão emergencial das bolsas para estudantes em todos os níveis e modalidades, retomando o caminho de ampliação e fortalecimento da formação de novos cientistas.
- Promover iniciativas para vincular cultura, ciência e saúde.

III. Desenvolver o Complexo Econômico -Industrial da Saúde (Ceis) para a soberania nacional

- Reforçar o CEIS como novo vetor central do desenvolvimento nacional do século XXI, vinculado ao interesse público, para a geração de empregos qualificados e investimentos em atividades dinâmicas, inclusivas e sustentáveis.
- Ampliar os investimentos nas bases tecnológica e industrial da saúde no país para superar a vulnerabilidade econômica do SUS e reduzir a insustentável dependência externa para garantir o acesso universal.
- Estabelecer um novo marco regulatório para políticas ativas de desenvolvimento produtivo e de inovação em saúde sob a orientação das demandas do SUS.

IV. Promover o desenvolvimento sustentável: a defesa da vida como paradigma de política pública

- Eliminar a fome e a pobreza extrema.
- Considerar o social, a equidade e o ambiente como novas frentes de expansão com mudança na sociedade brasileira e de sua inserção global.
- Fortalecer um sistema de proteção social abrangente que inclua o emprego digno, os direitos, as políticas universais e a equidade.
- Situar a saúde e o SUS com centralidade na estratégica de desenvolvimento sustentável.
- Promover o desmatamento zero na Amazônia até 2026.
- Promover a universalização do saneamento básico até 2026.
- Implementar ações prioritárias de transição energética e de redução de emissão de carbono.

V. Valorizar a educação como base da cidadania e do desenvolvimento inclusivo

- Promover uma grande transformação para a educação cidadã e de suporte a uma sociedade democrática.
- Fortalecer a educação pública em todos os níveis e modalidades, como um processo de formação humana que integre as diferentes áreas de conhecimento de modo articulada aos grandes desafios nacionais.
- Garantir a universalidade e a equidade de acesso e permanência a uma educação de qualidade, em todos os níveis, ampliando as vagas públicas, as ações afirmativas e condições de infraestrutura física e digital.
- Promover a divulgação da ciência em todos os níveis e modalidades educacionais.

VI. Garantir a democracia: diversidade, inclusão e equidade

- Promover a democracia como maior valor da sociedade brasileira.
- Fortalecer as políticas públicas promotoras de equidade e respeito à diversidade em todos os níveis (inclusive na ciência) para base substantiva de uma sociedade democrática.
- Ampliar a participação social e aprimorar os mecanismos de escuta da sociedade, de modo a tornar efetiva sua participação no processo de formulação de políticas públicas.
- Promover uma cultura e ambiente de paz que estimule relações sociais solidárias e interrompa a escalada de violência contra populações vulnerabilizadas.

VII. Constituir um Estado soberano, qualificado e socialmente inserido

- Promover a defesa do Estado e dos servidores públicos como base da soberania e para orientar o desenvolvimento em articulação com a sociedade.
- Revogar a emenda constitucional 95 e as regras fiscais que restringem o bem-estar, a ciência e educação.
- Tratar saúde, CT&I, educação e cultura como investimento, inclusive no orçamento público.
- Promover a participação e o controle social mediante a qualificação da gestão pública, viabilizando uma transformação digital comprometida com as demandas da sociedade.

VIII. Valorizar o trabalho e o serviço público

- Promover a valorização dos servidores como base de um novo Estado comprometido com o desenvolvimento e os direitos constitucionais.
- Realizar a atualização salarial pela inflação acumulada, eliminando as perdas desde 2015.
- Garantir o trabalho digno, formal e com uma política de aprendizado permanente.
- Atualizar o quadro permanente de servidores por meio de concursos públicos para atender às demandas da sociedade.

IX. Promover a Agenda 2030 e uma ação integrada nos determinantes sociais da saúde para enfrentar a emergência climática e ambiental

- Assumir a Agenda 2030 como marco de referência global para a nova política de desenvolvimento.
- Recuperar o pacto de solidariedade intergeracional no trabalho, na previdência e no meio ambiente.
- Inserir a saúde e o CEIS como atividades exemplares e de liderança nacional na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis no processo de transição da matriz produtiva nacional.
- Assegurar uma proteção ambiental abrangente, envolvendo os diversos biomas, a promoção de usos de energias sustentáveis, a regulação do uso dos territórios, o combate a práticas predatórias e a proteção aos povos tradicionais, desenvolvendo e incorporando inovações e tecnologias sociais.
- Reconhecer os territórios tradicionais de sociedades indígenas e quilombolas.
- Realizar incentivos à agricultura familiar e à agroecologia associada ao combate à fome.

X. Promover a solidariedade na cooperação internacional em saúde e na CT&I para reduzir as fortes assimetrias globais

- Apoiar a diplomacia da saúde voltada para a cooperação solidária global, viabilizando o intercâmbio soberano de conhecimentos e tecnologias.
- Apoiar o fortalecimento de uma governança global, reduzindo assimetrias nas instâncias decisórias entre os países desenvolvidos e menos desenvolvidos.
- Promover a paz como finalidade máxima de todos os países para assumirem a responsabilidade global com o desenvolvimento sustentável e soberano, sem hierarquia definida pelo poder econômico e geopolítico das nações.

Desenvolvimento Sustentável com Equidade, Saúde e Democracia



Referências programáticas

IX Congresso Interno Fiocruz. Relatório Final. “Desenvolvimento sustentável com equidade, saúde e democracia: a Fiocruz e os desafios para o SUS e a saúde global”, 23/03/2022. Disponível em: congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/IX%20Congresso%20Interno%20Fiocruz%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf

Academia Brasileira de Ciências (ABC): Documento aos candidatos à Presidência do Brasil 2022 - “A importância da ciência como política de Estado para o desenvolvimento do Brasil”. Disponível em: abc.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Presidenci%C3%A1veis-2022.pdf

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco): “Oito propostas para fortalecer o SUS”, 2022. Disponível em: abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/10/Abrasco_Fortalecer-o-SUS.pdf

Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres): “Um novo modelo de financiamento do SUS”, 29/07/2022. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Um-novo-modelo-de-financiamento-do-SUS>

VIII Conferência Nacional de Saúde: “Relatório final”, 1986. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes): “Saúde é democracia, democracia é saúde – Tese 2021-2022”. Disponível em: frentepelavida.org.br/uploads/artes/TESE-CEBES-2021-2022-SAUDE-E-DEMOCRACIA-DEMOCRACIA-E-SAUDE.pdf

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass): “Propostas do CONASS aos candidatos e às candidatas à Presidência da República – 2022”. Disponível em: conass.org.br/propostas-do-conass-aos-candidatos-e-as-candidatas-a-presidencia-da-republica-2022/

Organização das Nações Unidas (ONU). “*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*”, 21/10/2015. Disponível em: sdgs.un.org/2030agenda

Pan American Health Organization (PAHO): “Agenda de saúde sustentável para as Américas 2018-2030 - um chamado à ação para a saúde e o bem-estar na Região”, 2017. Disponível em: iris.paho.org/handle/10665.2/49172

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): “Projeto para um Brasil Novo”, 2022. Disponível em: portal.sbpnet.org.br/wp-content/uploads/2022/07/cadernos_SBPC_2022_1907.pdf

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): “Compromissos para candidatos ao Executivo e Legislativo em defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação e Democracia”, 11/08/2022. Disponível em: jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2022/08/carta-compromisso-aos-candidatos-2022.pdf

World Health Organization (WHO), R&D Blueprint: “*COVID-19 Research and Innovation – Powering the world’s pandemic response – now and in the future*”, 2022. Disponível em: who.int/publications/m/item/covid-19-research-and-innovation---powering-the-world-s-pandemic-response-now-and-in-the-future



CIÊNCIA E SAÚDE
PARA A SOBERANIA
E A DEMOCRACIA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

